



ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3

B3 LISTED NM



As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão.
O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 03 de fevereiro de 2026, sem modificações.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2026

Prezados Senhores, Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e a sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. Ao longo do ano, o Índice de Confiança do Empresário no setor industrial apresentou uma redução gradual, terminando o ano aos 48,5 pontos, como reflexo das incertezas e manutenção da alta taxa de juros no Brasil. Embora esse resultado demonstre um cenário ligeiramente pessimista de confiança no setor industrial brasileiro, o desempenho atual da indústria, principalmente da indústria de transformação, continua favorável, criando oportunidades de novos negócios para a ROMI. O cenário externo continua sendo um fator de atenção, com as economias globais enfrentando desafios de crescimento e novas politicas monetárias, assim como ainda existem tensões geopolíticas. Embora o ambiente atual demande cautela, especialmente nas decisões de investimento, a capacidade de adaptação e a busca por alternativas estratégicas ainda geram um otimismo moderado, refletido nas expectativas para os próximos meses. A subsidiária alemanha B+W, no entanto, continuou demonstrando sua capacidade de desenvolver soluções tecnológicas com elevado grau de complexidade e customização. O resultado foi um crescimento de 53,8% na entrada de pedidos, 46,6% no aumento de receita e melhora de 4,1 p.p. na Margem Operacional (EBIT - Earnings Before Interest and Taxes) em comparação a 2024. Os últimos anos têm sido marcados por um ambiente de incerteza e alta volatilidade, com grandes desafios em relação à gestão de volume de produção, por exemplo. Diante disso, continuamos implementando medidas com o objetivo de tornar a estrutura mais leve, com uma forma ainda mais ágil e flexível de planejar e produzir, de modo a responder rapidamente às oscilações da demanda. Ao longo dos últimos anos, efetuamos diversas otimizações, principalmente, nas estruturas indiretas e na automatização e digitalização dos processos internos. Estrategicamente, definimos como prioridade o desenvolvimento de novas gerações de produtos, com evolução significativa no conteúdo tecnológico, alinhadas às necessidades da Indústria 4.0, sendo que os produtos lançados nos últimos anos se consolidaram com muito sucesso nos mercados doméstico e internacional. Focados no futuro, continuamos fortemente investindo no desenvolvimento das próximas gerações de máquinas e de novas tecnologias a serem embarcadas nos nossos produtos. Também lançamos, em meados de 2020, uma solução para os nossos clientes, a locação de máquinas ROMI. Essa solução tem mostrado altamente competitiva e proporcionado aos clientes mais oportunidades de negócio. Com o objetivo de apoiar financeiramente nossos clientes, em 2022, criamos uma fintech, a PRODZ, que oferece linhas de crédito para a aquisição de máquinas, diretamente com a ROMI, de forma fácil, ágil, digital e descomplicada. A PRODZ realizou, desde 2022, cerca de 496 negócios, totalizando R\$188 milhões em créditos concedidos. Essas novas soluções têm suportado grande número de clientes em suas jornadas de crescimento e sucesso, demonstrando o propósito estratégico da ROMI de cuidar do sucesso de seus clientes. No mercado externo, continuamos a fortalecer nossas estruturas de atendimento aos clientes, com o propósito de proporcionar uma experiência cada vez mais positiva, acreditando que esse será o caminho para a consolidação e o crescimento internacional sustentável. Atualmente a Companhia faz parte dos seguintes índices da B3, sendo eles: IGC-NM (Índice de Governança Corporativa - Novo Mercado), IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada) e ITAG (Tag Along Diferenciado).

1. DESEMPENHO OPERACIONAL: Receita Operacional Líquida: A receita operacional líquida auferida em 2025 foi de R\$1,3 bilhão, 8,1% superior a registrada em 2024, devido principalmente ao incremento de receita da subsidiária alemanha B+W. Margens: Em 2025, a margem bruta ajustada foi de 27,9%, que refletiu em uma queda de 1,6 pontos percentuais em relação à obtida em 2024, reflexo do menor volume de negócios, combinado ao elevado nível de custo fixo da Unidade Fundidos e Usinados. A margem operacional ajustada (EBIT) registrada em 2025 foi positiva em 6,0%, apresentando uma queda de 1,6 pontos percentuais em relação a 2024. Resultado Líquido: O lucro líquido ajustado do ano de 2025 foi R\$93,3 milhões.

2. POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS: A Companhia dispõe de uma Política de Dividendos, que tem por objetivo orientar as propostas de distribuição de lucros da Companhia, a serem efetuadas, pelo Conselho de Administração, à Assembleia Geral. Essa política propõe a Distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, imputáveis a Dividendos e Líquidos de Imposto de Renda na fonte (JICP), em valor mínimo equivalente a 33% (trinta e três por cento) do lucro líquido ajustado da companhia, no exercício, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras emanadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Respeitada a legislação e os Estatutos Sociais da companhia, o Conselho de Administração poderá propor a distribuição de Dividendos ou JICP em montante inferior a 33% (trinta e

três por cento) do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da companhia, das condições macroeconômicas, estratégias de investimento, e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

3. INVESTIMENTOS: Ao longo do ano de 2025 foram investidos R\$181,6 milhões, sendo a maior parte deles destinados à automação, manutenção, produtividade, flexibilidade, competitividade das unidades do parque industrial e máquinas de fabricação própria alocadas para o negócio de locação de máquinas, todas dentro do plano de investimentos já previsto para o ano.

4. RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES COLIGADAS E/OU CONTROLADAS

	Percentual de participação					
	31.12.2025		31.12.2024		Não	
	Direta	Indireta	Controladoras	Direta	Indireta	Controladoras
1. Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
1.1 Romi Machines UK Ltd.	-	100,00	-	-	100,00	-
1.2 Romi France SAS	-	100,00	-	-	100,00	-
1.3 Romi Máquinas España S.A.	-	100,00	-	-	100,00	-
2. Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	100,00	-	-	100,00	-	-
2.1 Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	-	100,00	-	-	100,00	-
2.1.1 Burkhardt + Weber (Shangai) Co., Ltd	-	100,00	-	-	100,00	-
3. Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio")	93,07	-	6,93	93,07	-	6,93
4. Romi BW Machine Tools, Ltd.	100,00	-	-	100,00	-	-
5. Rominor Empreendimentos Imobiliários LTDA. ("Rominor Empreendimentos")	100,00	-	-	100,00	-	-
6. Irsa Maquinaria México S. de R.L. de C.V.	99,99	-	0,01	99,99	-	0,01
7. Prod3 Administração e Gestão de Bens Ltda.	100,00	-	-	100,00	-	-

5. AUDITORIA EXTERNA: Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

6. ARBITRAGEM: As ações da ROMI encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre elas, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	915.149	911.773	1.326.712	1.220.011	(670.937)	(650.903)	(956.305)	(864.795)
Custo dos produtos e serviços vendidos	244.212	260.870	370.407	355.216				
Lucro bruto	670.937	650.903	956.305	(864.795)				
Receitas (despesas) operacionais	(75.209)	(70.047)	(135.088)	(118.493)	(52.150)	(56.612)	(109.143)	(106.700)
Gerais e administrativas	(33.514)	(31.074)	(33.514)	(31.074)	(16.541)	(14.258)	(16.801)	(14.500)
Pesquisa e desenvolvimento	(22.447)	(18.128)	(22.447)	(18.128)	(3.955)	(2.166)	(17.562)	(28.171)
Participação e honorários da Administração	(151.012)	(151.697)	(276.984)	(242.596)	93.200	109.173	93.423	112.620
Resultado de participações societárias								
Outras receitas operacionais, líquidas								
Lucro operacional	29.256	22.668	41.851	30.113	29.256	22.668	41.851	30.113
Despesas financeiras	(22.163)	(18.651)	(28.124)	(25.599)	(7.805)	(8.406)	(14.245)	(8.700)
Variação cambial, líquida	712	4.389	518	4.186				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	101.005	117.579	107.668	121.320	101.005	117.579	107.668	121.320
Imposto de renda e contribuição social	(15.892)	(3.696)	(21.498)	(6.356)	(17.414)	(5.566)	(24.690)	(11.947)
Corrente	1.522	1.870	3.192	5.591				
Diferido								
Lucro líquido do exercício	85.113	113.883	86.170	114.964	85.113	113.883	86.170	114.964
Resultado líquido das Operações Continuadas								
Operações Continuadas								
Resultado líquido das Operações Descontinuadas								
Atribuível à	85.113	113.883	86.170	114.964	85.113	113.883	86.170	114.964
Participação dos acionistas controladores								
Participação dos acionistas não controladores								
Lucro básico por ação em reais - R\$	0,91	1,22	0,92	1,23				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</

*continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025****ROMI S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3

B3 LISTED NM



Índice de Ações com Tag Along Diferenciado

d'Oeste, no Estado de São Paulo, e um na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade voltada para a produção de máquinas-ferramenta de alta precisão. A Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretation Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinadas instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nessas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como o valor líquido a realizar nos estoques mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração ("Diretoria") da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis materiais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.20. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **(c) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **(d) Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 8 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 2.2. As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir. **2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **2.3 Investimentos em empresas controladas - Consolidação:** (a) **Controladora:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de intervir nessas retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção de efeitos de tradução destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Apesar de reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada. Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 12). Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **(b) Consolidado:** A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas. As informações sobre controle estão descritas na nota 8 - Investimento em controladas. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não controladores". As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo. **2.4 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações das controladas no exterior:** Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças de efeito de tradução resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial". Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento. **(b) Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.5 Outros aspectos associados à divulgação:** **(a) Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi aprovada a proposta de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente traçada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. **(b) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** Embora os efeitos das mudanças climáticas representem uma fonte de incerteza, a Companhia não considera que haja um impacto material em seus julgamentos e estimativas sobre os riscos físicos anteriormente mencionados nos curto e médio prazos, considerando os estudos e monitoramentos realizados. **(c) Impacts de tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos:** Em 9 de julho de 2025, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre exportações brasileiras para os EUA, com vigência a partir de 1º de agosto de 2025 de setores como agronegócio, papel e celulose, siderurgia, aeronáutica e calçados. A medida gerou preocupação de autoridades e impacto imediato nas empresas exportadoras, com variação de preços, maior volatilidade cambial e queda nos pedidos. A Administração da Companhia avaliou os potenciais impactos decorrentes de eventuais tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos sobre a importação de produtos de origem brasileira. Com base nas análises realizadas até a data de encerramento das demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes nas operações, na posição financeira ou no desempenho econômico da Companhia e de suas controladas. Dessa forma, não houve necessidade de reconhecimento ou ajuste nos valores contábeis dos ativos e passivos, tampouco impactos nas estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Companhia continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações. **2.6 Caixa e equivalentes de caixa:** **i) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou converváveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **ii) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas de instituições com baixo risco de crédito, apresentando rentabilidade predominantemente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação com vencimentos acima de 90 dias e serem mantidos com a finalidade de investimento não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa. **2.7 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros:** **(a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 2.18 - Reconhecimento de receita de vendas de produtos. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, seu fluxos de caixa devem representar apenas pagamentos de principal e de juros. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes de baixa de ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em "Receitas (despesas) financeiras" juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele deve ser mantido para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas acumulados que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em "Receitas (despesas) financeiras". As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em "Receitas (despesas) financeiras" e as despesas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Valor justo por meio de resultado é calculado somente para os resultados que sejam diretamente atribuíveis ao ativo financeiro. As perdas por impairment são reconhecidas em resultados devidamente descontados. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado e apresentados líquidos em Receitas (despesas) financeiras, no período em que ocorrem. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gera seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. **(b) Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e amortização. Os ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificando ou apresentando redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificando ou apresentando redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Financiamentos PRODZ, Valores a receber - repasse FINAME fabricante, contas a receber com Partes Relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante. **(d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **(e) Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i. Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ii. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou converváveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece as estimativas de perdas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável dos contas a receber de clientes são também fornecidas na Nota 4. **(g) Classificação:** Os ativos financeiros são reconhecidos no ativo circulante se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, caso contrário estão apresentados no ativo não circulante. **(h) Passivos financeiros:** **(a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, compreendendo, Empréstimos e financiamentos, Financiamentos - FINAME fabricante, Fornecedores, Participações a pagar, Dividendos e juros sobre o capital próprio e parcela do saldo da conta de Outras aplicações a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, Finame fabricante, partes relacionadas e dividendos e juros sobre capital próprio. **(b) Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **(c) Passivos financeiros ao custo amortizado (emprestimos e financiamentos):** Após o reconhecimento de instrumentos financeiros contrádos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio ou adição de taxas e juros que são parte integrante do custo da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contrádos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide notas 14 e 15.

(d) Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(e) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **(f) Classificação:** Os passivos financeiros são reconhecidos no passivo circulante se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, caso contrário estão apresentados no passivo não circulante. **(g) Estoques:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custela seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e os produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. **(h) Estoque de máquinas de locação destinadas à venda:** São classificados como "Estoque de Máquinas de locação destinadas à venda", no ativo circulante, as máquinas cujos valores contábeis serão recuperados por meio de venda em uso contínuo por meio da atividade de locação. Essa condição é considerada atendida quando: (i) as máquinas estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável

★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia elétrica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade à variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que depende de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade à variabilidade, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/periodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. • **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá a IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparente aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. À parte de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações sãs apresentadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão representadas de acordo com o IFRS 18. • **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissiones ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais

ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3
B3 LISTED NM
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado

(IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$988.470 (R\$988.470 em 31 de dezembro de 2024) é representado por 93.170.747 ações ordinárias (93.170.747 em 31 de dezembro de 2024) nominativas e escriturais, sem valor nominal. Em 26 de março de 2024, foi aprovado o aumento do Capital Social no valor de R\$83.698, mediante a capitalização da reserva de lucros da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Artigo 7º, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia com bonificação de ações. A bonificação em ações foi realizada a razão de 5% (cinco por cento), o aumento de capital foi efetivado com a emissão de 4.436.702 novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, atribuídas aos detentos de ações, a título de bonificação na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 20 (vinte) ações existentes. **Reserva de lucros:** a) **Reserva legal:** O saldo da rubrica "Reserva Legal", tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. b) **Dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP"):** O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio a título de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas (-) Constituição de reserva legal	85.113	113.883
Lucro passível de distribuição	(4.256)	(5.694)
Dividendos obrigatórios	80.857	108.189
Dividendos excedente já distribuídos	(20.214)	(27.047)
Dividendos total distribuídos	(46.875)	(47.889)
Constituição de reserva de lucros	(67.089)	(74.936)
	13.768	33.253

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio ("JCP") no montante de R\$67.089, conforme comunicados ao mercado nas datas listadas abaixo: 1. Em 11 de março de 2025, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025, no montante de R\$16.774, sendo 0,18 por ação, cujo pagamento foi realizado em 12 de junho de 2025. 2. Em 10 de junho de 2025, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025, no montante de R\$16.772, sendo 0,18 por ação, cujo pagamento foi realizado em 23 de outubro de 2025. 3. Em 16 de setembro de 2025, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025, no montante de R\$16.772, sendo 0,18 por ação, cujo pagamento será realizado em 10 de abril de 2026. 4. Em 23 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025, no montante de R\$16.771, sendo 0,18 por ação, cujo pagamento será realizado até 31 de dezembro de 2026. O JCP distribuído foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório. **Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, levando em consideração os efeitos de todos os instrumentos potencialmente conversíveis em ações ordinárias, como opções, bônus de subscrição ou outros instrumentos de capital que possam gerar diluição.

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas controladores	85.113	113.883
Média ponderada das ações em circulação	93.171	93.171

Lucro básico e diluído por ação
No exercício apresentado, o lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais, uma vez que a Companhia não possui instrumentos financeiros ou contratos que possam resultar em efeito diluidor sobre o resultado por ação.

4. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2026 e autorizadas para publicação.

5. EVENTOS SUBSEQUENTES: (i) Controladas: Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio"). Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de fevereiro de 2026, foi autorizada a distribuição de dividendos, referente ao exercício de 2025, no valor de R\$2.859, a ser pago em 02 de março de 2026, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10 de março de 2026.

CONSELHO FISCALAlfredo Ferreira de Marques Filho
Clóvis Ailton Madeira
Walter Luis Bernardes Albertoni**CONTADORA**

Josiane Perdigão Gibin - CRC - SP 202148/O-8

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de ROMI S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como da Proposta da Administração no que tange ao Orçamento de Capital para o exercício de 2026. Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Alfredo Ferreira Marques Filho

Santos Bárbara d'Oeste, 03 de fevereiro de 2026

Clóvis Ailton Madeira

Walter Luis Bernardes Albertoni

ESTADÃO 150 ANOS PRESTANDO SERVIÇOS PARA O PROGRESSO DO BRASIL

CONTE COM A CREDIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA DO ESTADÃO PARA PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS

**ESTADÃO RI**

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL:
(11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:

**ESTADÃO 150****ESTADÃO RI****ELDORADOFM 107.3**a rádio dos melhores ouvintes
Uma parceria de conteúdo com a Fundação Brasil 2000**ESTADÃO BLUE STUDIO****AGÊNCIA ESTADO****broadcast**